

# Municípios discutem queda no repasse de royalties do petróleo

ZENILTON CUSTÓDIO

**Linhares** - Sucursal - A distribuição indevida de royalties do petróleo, que tem contemplado vários municípios brasileiros por meio de liminares judiciais, está provocando um prejuízo anual de R\$ 2,5 milhões para Linhares. A informação foi dada ontem durante seminário realizado na cidade linharensense, que reuniu outros polos produtores que também são afetados pelo problema.

O assunto foi discutido em encontro promovido pela Associação Brasileira de Municípios com Terminais Marítimos e Fluviais de Petróleo e Gás Natural (Abramt). A reunião aconteceu no auditório da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Contou com a presença dos prefeitos e secretários dos municípios de Coari, São Sebastião, Tramandaré, Angra dos Reis, Madre de Deus, São Francisco do Sul e Guamaré.

O presidente da Abramp, Paulo Julião, propõe mudanças na legislação que institui a distribuição percentual de royalties. A Portaria 029/01, da Agência Nacional do Petróleo, fixa a distribuição do percentual em 7,5% sobre a parcela do valor dos royalties que exceder a 5% da produção de petróleo ou gás natural de cada campo em exploração.

Os prefeitos envolvidos

na discussão destacaram, entretanto, que não concordam com a abrangência da portaria, que se estende aos municípios vizinhos, afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo ou gás natural. Para eles, os critérios da ANP não são justos e carecem de sustentação técnica.

## Relações

O prefeito Guerino Zanoni salientou que a troca de informações foi de extrema importância para estreitar a união entre os municípios prejudicados e fortalecer a política necessária ao movimento da Abramt.

Ele citou a Lei 7.990, da ANP. O dispositivo estabelece que apenas as cidades que possuem estrutura de operação, embarque e desembarque de petróleo (terminais marítimos e fluviais) têm direito aos royalties. Entretanto, de uma interpretação da lei, acabou beneficiando mais de 150 municípios. Pelo menos sete deles conseguiram obter liminares que garantiram os repasses retidos anteriormente.

Ficou definido na reunião a contratação de uma empresa especializada de advocacia para tratar do assunto. O próximo encontro acontecerá no dia 15 de janeiro do próximo ano, na cidade de São Paulo.